

A Terra Que Se Ergue Em Tom de Brincadeira

Miguel Amorós

30 de Abril de 2025

A teatralização do protesto e sua consequente banalização são as características mais comuns das mobilizações na sociedade do espetáculo, aquela em que todas as experiências vividas se desfazem numa representação. Nela, o ativismo se mistura com o entretenimento e o espectador vira figurante. O fato de que “as pessoas” de nossa época prefiram a imagem à coisa, a ilusão à verdade e o substituto à autenticidade — ou seja, o espetáculo — se deve ao fato de que esse “público” é outro, radicalmente diferente daquele que existia na época anterior. É importante lembrar que a perda de centralidade do proletariado industrial nas lutas sociais foi seguida — nos países sob as condições pós-modernas de produção capitalista — por um processo de desclassificação que resultou no surgimento daquilo que se chama “cidadania” e que poderíamos chamar de classes médias assalariadas. Essas classes, sentadas entre duas cadeiras a burguesa e a popular podem até se sentir e até mesmo se declarar antagônicas à classe dominante, mas nunca manifestam esse antagonismo na prática. O denominador comum das manifestações mesocráticas como as de antiglobalização, contra a guerra, o 15-M ou as Marchas da Dignidade sempre foi a vontade de não alterar a ordem nem subverter as regras do jogo do poder. Na verdade, a revolta *fake* dos estratos sociais intermediários que se recusam a lutar não decorre de uma tomada de consciência antitética, isto é, de uma nova consciência de classe anti-sistema, mas sim da submissão ao princípio hegemônico que regula a vida na sociedade de consumo: a moda. Isso explica não só o aspecto frívolo e o poder de atração do movimentismo cidadanista, mas também seu caráter efêmero, pseudolúdico e abertamente espetacular. O pior é que as redes sociais reforçaram os alicerces da irre realidade, dando um golpe fatal no que restava de comunicação autônoma e sentido comunitário na sociedade civil. Com a maior parte da contestação deslocada para o espaço virtual, onde imagens e narrativas valem mais do que palavras, o espetáculo da revolta em rede pode facilmente substituir as prosaicas lutas reais.

Os avanços tecnológicos não eliminaram a contradição flagrante entre as relações de produção capitalistas e as forças produtivas, mas reduziram ao mínimo a importância social dos trabalhadores da indústria, oficinas e canteiros de obra, empurrando a classe trabalhadora para o setor terciário da economia, onde os salários, as condições de trabalho e os direitos são precários. O recuo do proletariado industrial causou a perda de controle sobre o mercado de trabalho e, em consonância com a fragmentação em camadas com interesses distintos, sua consciência de classe evaporou ou seja, houve desclassificação. A partir de então, o proletariado deixou de ser referência efetiva dos combates sociais. Como sujeito histórico, a classe operária só podia sobreviver no céu da ideologia, como dogma nas doutrinas obreiristas de seitas e na virtualidade dos sites. No entanto, a globalização econômica que foi sobretudo financeirização acentuou ainda mais aquilo que James O'Connor chamou de segunda contradição do capitalismo: a degradação progressiva das condições de produção que permitiam a exploração da força de trabalho. O crescimento econômico ilimitado chocava-se com os limites biofísicos da vida no planeta, tornando-o inabitável. Em resumo, a capitalização do território — o extrativismo — tornava cada vez mais destrutivo o metabolismo entre sociedade e natureza, desencadeando uma crise ecológica generalizada. A questão social saiu do campo do trabalho e passou a se centrar na defesa do território — que, no fundo, é a defesa da espécie. Em outras palavras, a crise ambiental tornou-se o primeiro ponto da crise social. A proletarianização das massas assalariadas, principalmente urbanas, e o despovoamento do campo continuavam em curso, mas agora a condição proletária podia ser melhor definida não apenas pela venda da força de trabalho, mas também pela perda do poder de decisão sobre o habitat e sobre as condições de vida que este proporcionava cada vez mais pobres, dependentes, artificiais e consumistas.

O proletariado tradicional era desenvolvimentista e não deu a devida atenção aos problemas ambientais, que nos anos cinquenta já começavam a se tornar urgentes. A derrota do movimento operário revolucionário e a regressão da luta de classes cederam o protagonismo aos combatentes ecológicos, especialmente ao movimento antinuclear. Houve coletivos como o “Alfalfa” que fizeram um bom trabalho, mas o colapso dos valores, da memória das lutas, dos planos de transformação radical e, em geral, de todo o patrimônio histórico da velha classe operária, deixou os ecologistas sozinhos com suas tecnologias não poluentes, energias alternativas e projetos de coleta de resíduos sem passado, herança ou projeto de emancipação a reivindicar. Enquanto isso, assim como os sindicatos de concertação anularam definitivamente a conflitividade laboral ao atuarem como mediadores, os partidos e organizações políticas verdes quiseram fazer o mesmo com a problemática territorial. Dado que o número de agressões ao território se multiplicou com o desenvolvimento “sustentável” ou insustentável da economia, o parasitismo verde

pôde atuar a serviço da ordem. Se tomarmos a Catalunha como exemplo, a expansão da área metropolitana de Barcelona e as políticas desenvolvimentistas da Generalitat acarretaram uma sobre-exploração de recursos e causaram danos irreversíveis ao território catalão. No final do século passado, a região tinha o duvidoso mérito oficial de ser uma das mais depredadas da Europa. No entanto, a defesa do território partia de conflitos locais isolados e autolimitados, sofrendo de escassez alarmante de meios e pessoas engajadas. As grandes mobilizações do ano 2000 contra o Plano Hidrológico Nacional e a Transposição do rio Ebro foram transcendentais e propiciaram uma vontade de unidade na ação, mas apenas entre plataformas de bairro tipo “Salvem”, grupos ecologistas amenizados e entidades “cívicas” que coletavam assinaturas contra agressões ambientais. Nas reuniões de Figueres (2003) e Montserrat (2008) foi apresentado um conjunto de propostas que não questionava o regime capitalista nem as instituições estatais que o sustentavam, mas apenas seus excessos. Simplesmente antepunha as “declarações internacionais de sustentabilidade” ao crescimento desregulado, algo que se concretizava em outros “modelos” capitalistas de energia renovável, urbanismo compacto, mobilidade pública e desenvolvimento territorial “respeitoso”. Todo esse pacote viria a ser definido mais tarde como “nova cultura do território”. A estratégia da nova cultura era bastante simples: as plataformas e grupos se colocavam como interlocutores estáveis das administrações, com o objetivo de estabelecer, através de “mecanismos de participação cidadã”, uma legislação ambiental com seus observatórios, tribunais, promotorias, taxas e sanções. Não se questionava a função da burocracia administrativa, subsidiária de interesses econômicos escusos, nem se duvidava da legitimidade dos partidos políticos, dos quais se esperava que servissem para articular no parlamento medidas protecionistas e apresentar proposições não vinculantes. Com toda probabilidade, os militantes partidários influenciavam as plataformas, uma vez que todas as suas reivindicações constavam nos programas ambientalistas desses partidos. O suposto apartidarismo era apenas uma tática para apresentar como interesse geral o que na verdade eram interesses eleitorais disfarçados.

O movimento ambientalista catalão comemorou como um sucesso a declaração de emergência climática por parte da Generalitat e sua aposta pela descarbonização da economia (2019), sem se dar conta de que esse modelo “cem por cento renovável” não passava de um verniz verde sobre o capitalismo de sempre. A construção de grandes infraestruturas, macroparques eólicos e centrais fotovoltaicas perpetuava o modelo extrativista e especulativo de exploração territorial. A penúltima tentativa de articular os muitos conflitos ambientais (SOSNatura.cat, 2021) não encontrou outra metodologia senão pressionar a administração e os partidos para assim “reorientar o modelo” catalão, mais turístico do que produtivo, rumo à sustentabilidade. A mesma tática de sempre. Pela enésima vez, pediu-se uma “participação efetiva da cidadania por meio de debates abertos e consultas populares vinculantes”. Por fim, chegou-se a pedir à Generalitat o cumprimento das diretrizes europeias, a moratória de grandes projetos inúteis e a restauração do Departament pujolista de Meio Ambiente, dissolvido em 2010, considerado uma “ferramenta-chave para construir o país do futuro que queremos” (Ecologistas en Acció). Decididamente, as críticas anti-desenvolvimentistas jaziam enterradas no cemitério da moderação e do dialoguismo bem-intencionado. No entanto, o combate ecológico era importante demais para ser deixado nas mãos de seus coveiros. Aos verdadeiros defensores do território cabia tirá-lo do atoleiro do colaboracionismo cúmplice. Onde estavam?

Foi bastante oportuna a aparição, em janeiro deste ano, da “Revoltas de la Terra”, após dois anos de reuniões e encontros, lutando por uma alternativa comunitarista, definida como “uma hera de vínculos fora da lógica produtivista.” Era de se esperar, com razão, uma análise panorâmica do momento crítico em que nos encontramos e um programa contundente de mobilizações, mas nossa esperança foi por água abaixo. A linguagem usada em seu manifesto era retórica ao extremo, cheia de vaguidões e lugares-comuns do pós-modernismo, muito abaixo até mesmo do ecologismo mais básico. Para começar, essa “terra que se rebela”, que desejava “promover um desdobramento de possibilidades” e “edificar uma trama de paixões, soberanias e métodos”, não se definia como coordenadora, nem como plataforma, nem como grupo impulsor: era mais um “entrelaçamento de vínculos”, “um conjunto de recursos logísticos, operacionais e relacionais”, “um leque de ferramentas replicáveis em qualquer lugar”. Tratava-se, portanto, de um pelotão de gente bem-intencionada de origens diversas, com poucas ideias em comum e nenhuma perspectiva de médio prazo, de modo que não surpreende que se vangloriassem de “diversidade estratégica” embora fosse mais honesto que se orgulhassem de cautela, tibieza e flexibilidade, já que se

inspiravam no trabalho comedido de plataformas brandas do tipo SOS Territori e “Salvem.” Mas onde os alarmes realmente disparavam era quando declaravam querer reforçar “entidades como Ecologistas en Acción” e “seguir os impulsos” de montagens duvidosas como Extinction Rebellion ou os “Soulevements de la Terre”, tão questionados por libertários. Vamos explicar.

Com exceção de algumas delegações territoriais, o Ecologistas en Acción não é uma organização de ativistas com princípios ideológicos radicais que poderíamos endossar. Trata-se de um verdadeiro lobby: uma estrutura restrita de profissionais do ecologismo que vivem de subsídios muitos de origem obscura, como os provenientes de empresas poluentes ou de oligopólios energéticos aos quais prestam consultoria. Atualmente, como defensores do que nos gabinetes do poder se chama “transição energética” e Novo Pacto Verde, são entusiastas das eólicas e fotovoltaicas industriais, do carro elétrico e da mineração de lítio. E, portanto, grandes aliados das multinacionais do setor elétrico e dos grupos automobilísticos e ainda melhores colaboradores das secretarias e ministérios. Por sua vez, a Extinction Rebellion (XR) é a filial de um movimento inglês que busca repercussão midiática por meio de atos simbólicos, tentando pressionar os governos a promulgarem medidas sobre a crise climática. São dogmáticos não-violentos, egocêntricos, sem cultura política; usam uma linguagem de marketing, abominam o anarquismo e não participam das lutas locais. Quanto aos “Soulevements de la Terre” (SDT), haveria muito a dizer, mas certamente não que são “um movimento de ação direta que combina alegria com desespero”, como escreveu o iluminado pensador de “Les Revoltes”. Seus iniciadores, nem alegres nem desesperados, pretendiam “construir amplas alianças” com qualquer um que topasse e “federar o maior número possível de militantes e grupos oriundos de horizontes ideológicos diferentes”, mas não eram exatamente campeões da ação direta. A conexão entre fãs de “A insurreição que vem”, coletivos diversos, extincionistas, camponeses da “Conf” e okupas se deu mais por frustração e cansaço diante do desastre reinante do que por narrativas festivas de lutas novelescas e vitórias superdimensionadas como a da ZAD de Nantes (“Zona de Ordenamento Diferido”, rebatizada como “Zona A Defender”). A brutal repressão policial em Saint Soline e a ordem de dissolução dos SDT depois revogada fizeram o resto. As adesões do mundo político, sindical, televisivo e cultural forneceram o grau de indeterminação necessário para que os generais dos “Soulevements” pudessem se apresentar perante a mídia como representantes do movimento em defesa do território mais radical da França. De onde vinham?

Se contarmos apenas com a retirada do projeto do aeroporto, a luta na ZAD de Nôtre-Dame-des-Landes foi uma vitória. Mas, se levarmos em conta a erradicação de qualquer projeto de convivência coletiva e o restabelecimento das atividades econômicas convencionais, também podemos falar em fracasso. Desde o início, os componentes zadistas tinham objetivos díspares e até incompatíveis: a ACIPA era uma associação cidadanista pacífica e conciliadora; a COPAIN, uma organização de camponeses expropriados inimiga da agricultura industrial e praticante da autossuficiência; depois havia a Coordenadora de Opositores ao Projeto, composta por entidades políticas e sindicais; os comitês de apoio externos; os ocupantes camaleônicos da Zad liderados pelo autodenominado CMDO, conhecidos como *appelistas* (relacionados ao “Appel” do “Comité Invisible”); e, por fim, os grupos da Zad do Leste — anarquistas, primitivistas, pessoas “Sans Fiche” e, em geral, antiautoritários como os da rede “Radis-co”, que lutavam pela gestão coletiva de uma Zona de Autonomia Definitiva. A convivência nunca foi fácil, e a horizontalidade esteve sempre ausente. As assembleias gerais foram palco de manobras contínuas, manipulações e conflitos. Muitos grupos deixaram de comparecer a elas ou passaram a organizar suas próprias assembleias. No final, a tal “unidade” foi forjada entre as facções cidadanistas e os *appelistas* do CMDO, para negociar com o Estado, deixando de fora os dissidentes. A tão alardeada “vitória” terminou com a demolição das defesas anti-policiais (“chicanes”) e das cabanas do Leste, a repartição de alguns poucos lotes individuais de terra, a expulsão dos ocupantes intransigentes e o retorno à ordem. Quem realmente saiu ganhando e, como se diz popularmente, continua “vendendo o peixe” foram os *appelistas*, um grupo autoritário de aparência informal que age como um verdadeiro partido conspirativo.

Como os *appelistas* pensam exclusivamente em termos de eficácia e controle, jamais em termos de autonomia, não possuem um discurso anticapitalista muito concreto, apenas proposições genéricas e ideias vagas “somos os 99%”, “a catástrofe está próxima” e coisas do tipo, mas com um verniz tão radicalóide que seduz facilmente os bem-intencionados. O que chamam de “estratégia” baseia-se em fomentar comitês locais, concentrar a coordenação, fabricar consensos mirabolantes com elementos heterogêneos e realizar compromissos contra a natureza, disfarçando diferenças inconciliáveis com fraseologia e afas-

tando os “puristas” dissidentes à força, se necessário. O desejo de aparecer como interlocutores legítimos perante o poder os obriga à visibilidade, por isso, diante das câmeras, seus membros se exibem à vontade: é preciso sair na foto a qualquer custo a repercussão midiática legítima mais do que a própria luta. Nos bastidores, são uma estrutura vertical, opaca e manipuladora, que conduz os fios ou tenta conduzi-los. Em 2021, os *appelistas* transferiram para os “*Soulevements*” o estilo com o qual se impuseram na ZAD. O funcionamento em rede favorecia tanto o assentamento quanto a ocultação de estados-maiores, encarregados de distribuir tarefas e se apropriar de todas as responsabilidades possíveis. Por isso, nunca houve reuniões abertas nem assembleias nos SDT. No máximo, alguma consulta em espaço virtual. A reflexão e o debate não são considerados necessários, pois o que urge é a ação e, para isso, o importante é o número de pessoas que se possa reunir, venham de onde vierem. Daí a abertura para as tendências mais diversas: desde ecologistas acomodados, sindicatos tradicionais e partidos oficiais, até esquerdistas de todo tipo, feministas e libertários. Institucionais de um lado, radicais do outro, e os “especialistas em levantes” no meio. Todo mundo pode pertencer aos SDT, independentemente de suas ideias, seja por algumas horas ou com dedicação total. As únicas questões discutidas são técnicas e administrativas. As grandes decisões são sempre tomadas antecipadamente, de forma totalmente vertical. Em conflitos menores, os comitês locais são livres para agir como quiserem exceto se o impacto midiático for grande o bastante. Nesse caso, uma equipe dirigente desembarca para explorá-lo. Em seguida, a luta é vampirizada: impõem-se regras estritas e filtros seletivos que duram até que a notícia esfrie e perca apelo. O enorme retrocesso do pensamento crítico ligado ao proletariado revolucionário, o esquecimento de seus ataques à sociedade de classes e a desintegração do meio libertário criaram as condições para que esse tipo de prática se propagasse sem obstáculos, sob aplausos de “personalidades” neoleninistas que as endossam com desfaçatez.

Voltando aos assuntos catalães, é evidente que a fórmula dos SDT está presente nas “*Revoltes de la Terra*”, ainda que a linguagem de seu manifesto siga mais a linha da “*french theory*” do que do zadismo marionetista. Sem dúvida, o componente juvenil metropolitano tem algo a ver com isso, embora não acreditemos que atue como um comitê central. Não se formaram na escola da ZAD, mas sim naquelas apazíveis movimentações escoteiras de inspiração toninegrista. Enfim, essas tais *Revoltes* aportam ainda mais ambiguidade em seu posicionamento, uma estratégia genérica ainda mais exagerada e uma total ausência de critério na hora de analisar a situação catalã sob o comando do capital. Sua beligerância em relação às instituições e partidos parece nula, de modo que as ações que os “*Soulevements de la Terre*” chamam de “*dinâmicas*” isto é, as sabotagens e enfrentamentos estão ausentes e provavelmente assim permanecerão. Esses rebeldes da terra passados na água não são nem um pouco insurrecionalistas e, portanto, não pretendem capitalizar em cima do sensacionalismo que ações violentas, como as de *Nôtre-Dame-des-Landes* ou *Saint Soline*, despertam. Provavelmente, não irão muito além de reivindicar algum tipo de diálogo com a administração direta ou, mais provavelmente, indireta. Tomara que estejamos errados. Na hora da verdade, se a radicalização de turbulências como o movimento por moradia, o anti-turismo ou o dos sindicatos camponeses não mudar o cenário, seu discurso não diferirá em nada das plataformas cidadanistas puro pragmatismo rasteiro, alinhado com os interesses materiais da classe média. Sua atividade não passará do pacifismo convивencial típico: excursões amigáveis, acampamentos, oficinas de sardana e banquetes populares. É o que pensamos embora não gostaríamos de estar certos.

Para a palestra no *Kan Pasqual Country Day* (Serra de Collserola, Barcelona) em 27 de abril de 2025.

Biblioteca Anarquista



Miguel Amorós
A Terra Que Se Ergue Em Tom de Brincadeira
30 de Abril de 2025

kaosenlared.net

Titulo Original: *La tierra que se subleva de broma*. Tradução e Revisão por André Tunes @**Centro de Análises Sistêmicas Anarco Comunista**. Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org